Do Mar ao Mangue

Vinte e duas teses pela reconstrução do sindicalismo revolucionário

União Terra e Trabalho

2026

Índice

Abertura **3**

A maré que baixou **4**

Terra e trabalho **5**

A abordagem industrial **6**

Autonomia e soberania **8**

Vanguarda e retaguarda **10**

A maré que virá **12**

Abertura

A luz do sol rasga de brilho o mar e encandeia os olhos de quem passa. Ninguém vê, olhando o mar, que mais da metade daquela vida veio de outro lugar: o mangue. Berçário que só se enxerga por dentro. Quem não entende seu solo rico julga lama podre; quem não entende seus contrastes julga escuridão.

Assim são as organizações de base. Quantos partidos evitaram sujar os pés nesse terreno, atrás do clarão do sol, e por isso nunca viram o caranguejo, a ostra, o sururu.

Nós ficamos. Achamos constelação nos búzios que a maré leva e traz, deixamos a bússola ser levada pelas águas, aprendemos a ler o voo dos pássaros que migram de norte a sul. Não é fácil compor uma ideia para tempos tão acelerados. Mas o novo sempre vem, mesmo silencioso, como o orvalho que acusa o sereno da madrugada.

A maré que baixou

"A maré tá cheia, ioió
A maré tá cheia, iaiá!
A maré subiu! Sobe, maré!
A maré desceu! Desce, maré!"

(Cantiga "corrido" de capoeira)

1. Um arranjo social terminou e ninguém enterrou o corpo. O ciclo aberto nos anos 1980, guiado pela estratégia democrático-popular, teve seu apogeu em 2003 e seu limite em 2017, na derrota da luta contra a reforma da previdência e na reforma trabalhista que desmontou o financiamento do sindicalismo oficial. Governismo e oposição eram as duas faces da mesma forma de intervir na realidade, e as duas faces caíram juntas. As vacas gordas passaram como um raio, e sem a chuva de recursos até os grupos mais aguerridos ficaram desorientados. "É tempo de refluxo" virou a justificativa fatalista para não enfrentar a crise com respostas novas. Para uma crise aguda, é preciso uma crítica radical.

2. Não contamos com o mesmo nível de organização de massas do passado. Ainda assim, há quem aposte que a comunicação efetiva de boas ideias, envolvidas por bons políticos, em torno de um bom partido pode trazer de volta os bons tempos. Tenta-se repetir os erros do passado, porém de maneira mais ilusória.

3. Quem nega a eleição, costuma apostar na rua. Sonham com passeatas massivas, a partir de reivindicações comuns, que evoluam para conflitos explosivos nas grandes cidades. Tomar a prefeitura, erguer a bandeira em seu topo. A foto que todos querem, esconde a fragilidade da estratégia centrada na rua. Nessa instabilidade, sem a capacidade de autogestão das necessidades econômicas, o momento histórico escorre entre as mãos dos trabalhadores e cai nas de falsos profetas. A revolta, por mais nobre que seja, depende da capacidade do povo de se associar em prol de suas necessidades para atravessar grandes eventos.

A aposta dogmática na "guerra prolongada" do campo para a cidade tem seu limite na estrutura militarizada e centralizada que ela traz. Além disso, o poder militar do Estado tende a isolar e sufocar essas experiências. A construção de comunidades baseadas na autossuficiência no campo, por outro lado, tem sua fraqueza estratégica na medida em que não leva em conta os setores urbanos de produção, parte importante da economia que, inclusive, sustenta a vida no campo hoje.

4. Há tempos tão inflamados que uma pequena faísca produz grandes chamas. Quando esse tempo passa é que se vê, que a força das palavras de ordem, não estava nelas mesmas, mas no momento em que foram ditas. Sem a construção do momento, elas flutuam no ar como nuvens inofensivas. Uma agitação teatral constante não vai parir ações consequentes. O esplendor da manhã não se abre com faca. Seria então necessário um grupo rígido de grandes estrategistas comprometidos com a causa do povo? O que mais vimos foram esses grupos, por sua rigidez, quebrando a si mesmos ou ao povo cujos anseios diziam representar.

Fazemos uma aposta diferente. Deslocamos a disputa do futuro para o campo econômico, onde gente comum constrói, sustenta e decide sobre o que produz e sobre como vive. É ali que a classe trabalhadora já guarda um poder que nenhum voto e nenhuma guerrilha podem lhe dar de fora. O sindicalismo revolucionário devolve a questão ao lugar certo: a organização do povo. É nesse terreno contraditório e rico, o mangue, que está o embrião do mundo novo.

Terra e trabalho

"Quem deu esse nó, não soube dar
Esse nó tá dado, eu desato já
Ô, desenrola essa corrente, deixa os índios trabalhar"

(Toré indígena, comum no Nordeste)

5. Você é trabalhador? Uma imensa maioria de pessoas que também podem se reconhecer como operários, empregados, assalariados, autônomos, favelados, indígenas, quilombolas, ciganos e camponeses responderia: "Sim, sou trabalhador". Esse reconhecimento nos ajuda a compreender a ideia de trabalhador como o sujeito explorado, oprimido, que ganha a vida pelo seu suor. Ou seja, há muito trabalhador para além da carteira assinada.

6. Como uma moeda, a classe trabalhadora tem duas faces. Uma é o lugar onde ganhamos a vida; a outra, o lugar onde levamos a vida.

Onde ganhamos a vida é o trabalho: o lugar em que nosso esforço vira riqueza, quase sempre para outro. Às vezes isso é direto, como o assalariado na fábrica, a merendeira na escola, o entregador no aplicativo. Às vezes é mais indireto, como o agricultor que leva à feira parte do que colheu para comprar o que não planta. Aqui a pergunta é: quem manda no nosso tempo, e para onde vai o que produzimos?

Onde levamos a vida é tudo aquilo que nos mantém de pé para voltar ao trabalho no dia seguinte: a casa alugada que dá abrigo, a comunidade onde se mora, o trabalho doméstico sem salário que se acumula nas costas das mulheres, a fila do posto de saúde, o ônibus lotado. Coisas que parecem ser só o jeito de viver, mas que também fazem parte da nossa condição de classe trabalhadora. Aqui a pergunta é: quanto custa viver, e quem decide esse preço?

7. É nas dificuldades que aparecem nesses dois ambientes que a classe se forma, frente a baixos salários, assédios, despejos, carestia e fome. Quando essas duas faces se articulam, uma potencializa a outra e favorece a auto-organização da classe. A classe trabalhadora por si mesma.

Nas sociedades de resistência e de ajuda mútua do início do movimento operário, o mesmo fundo que pagava o enterro de um companheiro financiava, semanas depois, uma greve; no Primeiro Congresso Operário Brasileiro, em 1906, isso foi criticado como desvio assistencialista, mas patrão e polícia nunca tiveram dúvida: reprimiram o tecido inteiro porque sabiam que era um só. No fim dos anos 1970, a Oposição Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo tinha força no portão da fábrica porque tinha, no bairro, as Comunidades Eclesiais de Base, a Pastoral Operária e o Movimento do Custo de Vida questionando o preço da comida. Hoje o mesmo padrão reaparece onde menos se procura: nas zonas de espera dos entregadores, nas oficinas de moto, nos grupos que avisam da blitz e convocam o breque, nas equipes que se reconhecem por camisa e região. O café dividido no ponto, a vaquinha para quem perdeu a moto: nada disso é o que sobra depois da luta. É a vida sendo reproduzida e, aos poucos, virando de novo capacidade de sabotar as engrenagens da produção de valor.

8. Por isso organizamos os dois lados ao mesmo tempo, sem que um mande no outro. As Organizações por Local de Moradia, ou comunitárias, cuidam de onde habitamos. As Organizações por Local de Trabalho cuidam de onde trabalhamos. Nenhuma é superior à outra, e é na costura entre elas que mora a força que buscamos.

A abordagem industrial

"Afinal de contas, somos o que fazemos para mudar o que somos."

(Eduardo Galeano, /O livro dos abraços/)

9. As primeiras associações de trabalhadores eram definidas pela ferramenta que utilizavam: os alfaiates, os carpinteiros, os ferreiros. Isso cumpriu um papel até o ponto em que a economia foi evoluindo e os ofícios começaram a ficar cada vez mais dependentes entre si e do maquinário que troca o trabalho vivo pelo trabalho morto. A indústria, não deve ser entendida como um local com esteira de produção e operários sujos de graxa. A indústria é uma característica do modo de produção de nosso tempo, marcado pelo esforço coordenado, integrado em escala global, que tende a abarcar toda a vida social.

Foi reconhecendo isso que Big Bill, um trabalhador das minas e do campo, denunciou, na fundação da IWW (Industrial Workers of the World), em 1905, o limite dos sindicatos que separam os trabalhadores por ofício. Enquanto os patrões realizavam amplas alianças entre si para ditar os salários, os trabalhadores de um mesmo local eram divididos em sindicatos particulares que negociavam benefícios de maneira egoísta. Em geral, isso reforçava as desigualdades entre trabalhadores mais qualificados e menos qualificados, entre trabalhadores brancos e negros, entre nativos e migrantes.

10. Um sindicalismo industrial não escolhe entre qualificados e não qualificados: reúne o engenheiro e quem carrega o fardo debaixo do mesmo teto, e sabe que sua prioridade real está sempre com quem tem menos. Big Bill dizia, com razão:

> Não me importa nem um pouco se os trabalhadores qualificados vão ou não se juntar a este movimento industrial neste momento. Quando colocarmos o trabalhador não organizado e não qualificado nesta organização, o trabalhador qualificado virá por necessidade para a sua própria proteção.

Em 1920 a Confederação Operária Brasileira defendeu amplamente a fusão de sindicatos de profissão em sindicatos de indústria, na construção civil e na tecelagem, apostando na superação do corporativismo. Antes disso, a IWW tinha radicalizado a aposta no Um Grande Sindicato (/One Big Union/), da mineração à marinha, sem distinção de qualificação, raça ou gênero. Na Espanha, a CNT (Confederación Nacional del Trabajo) levou o método ao limite no Congresso de Sants, em 1918, extinguindo os sindicatos de profissão para formar Sindicatos Únicos por ramo; poucos meses depois, o Sindicato Único de Água, Gás e Eletricidade paralisou Barcelona por 44 dias na greve da Canadiense e arrancou por decreto a jornada de oito horas em toda a Espanha.

As organizações comunitárias, de certo modo, anteciparam a organização industrial, na medida em que, em geral, não buscam benefícios para categorias específicas de moradores: envolvem a todos a partir do lugar onde moram, pois todos são necessários para fazer a comunidade ser vivida.

11. A abordagem industrial é necessária para superar o estado de desorganização e sujeição dos terceirizados, dos temporários, dos contratos precários, dos informais e dos entregadores. A organização recortada por profissão trata como invisíveis exatamente os trabalhadores que dividem o mesmo prédio, o mesmo turno e o mesmo patrão real, só que por outro contrato. A organização industrial os encontra no primeiro dia, porque a pergunta que faz não é qual categoria defender, mas como criar poder coletivo. Daí nossa prioridade absoluta: mais de 90% dos trabalhadores brasileiros não são filiados a sindicato nenhum. E, entre os que são, muitos estão em sindicatos de gaveta ou no mínimo distantes das necessidades de quem está no batente.

Esses entendimentos vieram de experiências práticas de organização de terceirizados no setor educacional em Goiás, no Rio de Janeiro e no Ceará. Em muitos desses casos, o estudante foi uma peça chave para desencadear processos de organização.

12. É preciso, assim, uma proposta estratégica para a organização estudantil. E aqui propomos que ela se integre de forma industrial ao ramo da educação.

A luta do estudante não é uma bolha isolada da classe trabalhadora, é uma de suas frações. O estudante ocupa uma posição própria dentro da indústria da educação: acorda cedo, cumpre horário, se submete a disciplina, prazo e avaliação, e no fim da linha entrega trabalho, sendo ao mesmo tempo produto e produtor daquilo que a escola produz. Insistir numa organização puramente estudantil, apartada de professores, técnicos e terceirizados que dividem o mesmo cotidiano, reproduz a fragmentação por ofício que já criticamos. E cobra caro: greves na educação foram perdidas no Brasil porque a comunidade escolar chegou dividida em categorias, com estudante sem participação, docente fora de tempo e terceirizado tratado como se não estivesse ali. Se nos organizamos hoje do jeito como queremos gerir o mundo amanhã, não há motivo para separá-los desde o núcleo de base.

Autonomia e soberania

"Assim também a fé, se não tiver as obras, é morta em si mesma."

(Tiago 2:17)

13. Autonomia e soberania não são sinônimos. Autonomia é a capacidade coletiva de agir sem ser determinada por uma força exterior contrária, o Estado e os patrões em especial. Pode ser medida em graus de independência. Soberania é a capacidade de reproduzir, ciclo após ciclo, as condições materiais que mantêm as decisões coletivas eficazes: caixa, sede, transporte, advogado, formação, memória, gente disponível para segurar a rotina quando a mobilização esfria. Pode ser medida em relações de interdependência. A autonomia se afirma contra a determinação externa; a soberania, contra a própria impotência. Nossa hipótese é simples e desagradável: quase tudo que criticamos no nosso próprio campo não é falha moral de militantes, é o que acontece quando uma dessas capacidades existe sem a outra.

14. Autonomia sem soberania tende ao isolamento e à exaustão. Soberania sem autonomia tende à integração. Uma organização politicamente autônoma e materialmente impotente não deixa de precisar existir aos olhos dos outros e aos próprios. Se não segura um despejo, não banca uma greve por três semanas, não paga um advogado e não sustenta uma sede, ela busca o único terreno que lhe resta: a imagem e a diferenciação ideológica. É assim que a luta vira conteúdo, o ato existe para ser fotografado, a foto existe para provar que o grupo existe, a pauta é escolhida pelo que rende repercussão. É assim que a organização passa a se distinguir por posição doutrinária em vez de trabalho de base, e que a assembleia deixa de decidir sobre vale-transporte, turma superlotada e reintegração de posse para decidir sobre conjuntura nacional. As pessoas se filiam para participar de reunião de ativista, não para se organizar enquanto classe, e o que nasceu para ser popular vira um partido pequeno discutindo consigo mesmo. Ninguém acorda de manhã querendo fazer política de aparência: chega-se lá por falta de meios.

15. O espetáculo é um sintoma. Por isso não medimos uma ação pela intensidade, e sim pelo que ela deixa depois de terminada. Quantos organizadores novos formamos, quantos trabalhadores mapeamos, quanto caixa construímos, quantos núcleos seguem de pé quando a poeira baixa. Se uma luta termina com a mesma capacidade organizativa que encontrou, não cumpriu sua tarefa, por mais visível que tenha sido. A indignação constante não substitui a investigação paciente.

16. A oposição sindical, por mais classista e combativa que se afirme, apresenta limites estratégicos importantes. O calendário é do sindicato oficial. O direito legal de greve é do sindicato oficial. A estrutura, a carta sindical, a prerrogativa de negociar com o patrão, a assembleia que vale, tudo pertence a quem se pretende combater. O ciclo é conhecido: a oposição cresce durante a greve e murcha quando a greve acaba, quase sempre logo depois de uma traição da direção. Quando a disputa se dá pelas chapas, o repertório de ação direta encolhe até caber no que a entidade autoriza; e quando a manobra burocrática fecha a questão, não sobra proposta nenhuma, porque não havia organização própria fora dali.

As tentativas de colar essa tática à estratégia sindicalista revolucionária no Brasil após os anos 2000 raramente fugiram deste ciclo, e quando se conseguia uma diretoria era mais uma vitória da instituição oficial do que da organização sindicalista revolucionária. A justificativa de que "as massas estão nos sindicatos oficiais" não se sustenta: a sindicalização brasileira está abaixo de 9%, e boa parte disso é sindicalismo de serviço, com assembleia esvaziada e filiação mantida por convênio.

17. O reconhecimento que buscamos, no fim, não é jurídico. É material: um sindicato se impõe quando o patrão não consegue mais ignorá-lo, não quando recebe um registro; um comitê existe quando muda uma relação de força concreta, não quando obtém autorização para existir. E nenhuma organização

que dependa só do entusiasmo sobrevive ao refluxo. Por isso a contribuição de cada filiado não é caridade nem taxa administrativa: é a forma concreta de construir independência diante do Estado, dos partidos, das fundações e dos patrões. Ela sustenta advogado, formação, comunicação, fundo de solidariedade e de greve, sede e memória organizativa. A infraestrutura é o que baixa o custo de lutar e decide se uma greve dura três dias ou três semanas, se o trabalhador demitido por organizar tem para onde ir, se o que foi aprendido numa campanha chega à campanha seguinte ou se perde com quem saiu exausto. É ela que nos permite a dupla liberdade que buscamos: liberdade diante da dominação e liberdade para construir, desde já, formas de vida coletiva e trabalho livremente associado.

Vanguarda e retaguarda

"Houve um dia em que eu, também, acreditei em palavras"

(Aforismo inspirado em São Francisco de Assis)

18. O que falta à classe trabalhadora hoje não é alguém que diga ao povo o que fazer. A tradição do partido de vanguarda parte do diagnóstico de que falta consciência e falta direção, e existe para fornecê-las. Pela nossa experiência, percebemos que o custo real de avançar a luta não é dizer sim ou não. O desafio é sustentar a força que a mobilização gerou. Não falta coragem na linha de frente, falta retaguarda capaz de absorver o custo de permanecer depois que a multidão se dispersa, sem tempo, sem renda, sem poupança, sem reserva emocional. A cada ciclo o movimento recomeça do zero, e o peso recai sobre as mesmas pessoas, endividadas e exaustas, ou sobre uma nova leva que se desgasta no mesmo ritmo do próprio trabalho. A classe precisa é de uma boa retaguarda, capaz de garantir que quem labuta doze, catorze, dezesseis horas por dia participe das decisões que a luta exige, em vez de ser deslocado dentro de um processo cuja origem e cujo destino não consegue nem acompanhar.

19. A retaguarda não é o oposto da linha de frente: é sua condição. Assim como as linhas logísticas sustentam a atividade na frente de batalha, a retaguarda é a infraestrutura material pela qual a luta ganha duração e a autonomia se torna soberana. A linha de frente aparece no piquete, na carreata, no breque, na reunião arrancada do patrão, na negociação exposta ao público, mas não brota do nada. As lideranças em quem os trabalhadores realmente confiam não se formam no microfone: formam-se na convivência diária, no ponto de espera, na oficina, no grupo, no bairro, e é ali que fazem o trabalho político que ninguém fotografa, mobilizando gente, organizando solidariedade, mediando conflito, conectando bairros e cidades. A retaguarda é o lugar para onde o trabalhador pode voltar, se reencontrar e permanecer na luta; onde quem quer seguir organizando encontra apoio, formação e condições que baixam o custo de continuar; e onde quem não está no foco da luta pode ser bastante útil, cuidando da logística, garantindo recurso, assumindo comunicação, segurando a rotina que dá combustível a quem está na frente. Trabalho de retaguarda não é secundário nem preparatório: é a condição para que a linha de frente volte a existir da próxima vez.

20. Formamos um tipo específico de sujeito na luta. Não o revolucionário profissional, não o ativista do próximo ato, não o dirigente que fala pelos outros. Formamos o organizador: aquele que investiga, escuta, forma novas pessoas, resolve conflitos, sustenta caixas comuns e sabe que seu trabalho está bem feito quando deixa de ser indispensável. A pergunta que orienta esse trabalho não é quantos discursos alguém fez nem quantos atos organizou. É outra: depois de seis meses, existem mais trabalhadores capazes de se organizar sem essa pessoa? Se sim, houve organização. Se não, houve apenas atividade. Investigar não é atividade separada da militância; investigar é organizar as condições para que a luta continue.

21. A autoridade vem da base, e disso não abrimos mão. Mas as experiências de solidariedade autônoma que o povo constrói são como pássaros pousados: basta o grito de um debate moral, de uma disputa estratégica distante ou de uma greve geral que nunca chega para que levantem voo e desapareçam. Contra isso, dois cuidados. O primeiro é o peso real da quantidade: se uma decisão política não carrega atrás de si gente organizada de verdade, ela é o debate de um grupo pequeno se fazendo passar por posição coletiva. O segundo é a contribuição obrigatória: uma organização que diz ter centenas de filiados mas não comprova centenas de contribuintes, ainda que com cota simbólica, provavelmente não tem essas centenas, tem um punhado de gente falando em nome de uma base que não existe.

22. É preciso que os braços sustentem a rebeldia da língua. Isso não é desconfiança do povo: é a garantia de que a opinião de qualquer liderança tenha lastro numa base capaz de pressioná-la quando o discurso se descolar da prática. Federalismo não é bagunça, é rigor aplicado à horizontalidade. Por isso toda função administrativa é delegada, todo mandato é revogável a qualquer momento, e nenhuma instância central decide no lugar de quem organiza o conflito real.

A maré que virá

Toda maré que baixa volta a encher, e não é o grito que a faz subir. Não acreditamos que a emancipação da classe trabalhadora vá nascer de um grande acontecimento. Ela nasce da construção paciente de instituições próprias, como o mangue que, raiz por raiz, segura o que a corrente traz e faz terra onde antes só havia água. Formar quem virá depois de nós e preparar, desde já, dentro da velha sociedade, a capacidade coletiva de organizar outra: esse é o trabalho da maré baixa. Quando a água voltar, que encontre raiz firme. Quando vazar de novo, que deixe mais terra do que encontrou.

TERRA E TRABALHO!

18 de outubro de 2026 | União Terra e Trabalho

Arquivo Lucy Parsons
Repositório de literatura sindicalista revolucionária



União Terra e Trabalho
Do Mar ao Mangue
Vinte e duas teses pela reconstrução do sindicalismo revolucionário
2026

uniaoterraetrabalho.org/domaraomangue.

www.biblioteca.arquivolucyparsons.org